

TAXA DAS BLUSINHAS

Nova MP gera onda de críticas

Fim do imposto de importação para compras de até US\$ 50 gera protestos e pedidos de equalização para indústria local

» RAFAELA GONÇALVES
» RAPHAEL PATI

No primeiro dia em que a Medida Provisória (MP) que zerou a taxa das blusinhas entrou em vigor, as críticas só aumentaram. A extinção da cobrança de imposto de importação sobre compras de até US\$ 50 reacendeu críticas da indústria nacional ao governo federal. Representantes do setor afirmam que, apesar do apelo eleitoral, o fim da tributação sobre bens importados de baixo valor pode ampliar a concorrência com plataformas estrangeiras, afetar empregos e prejudicar a produção brasileira.

Em nota, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) criticou a medida e afirmou que a flexibilização das regras favorece produtos importados, especialmente asiáticos, em detrimento da produção brasileira. Segundo o presidente da entidade, Ricardo Alban, a isenção para produtos importados cria uma concorrência desigual com a produção brasileira.

“Permitir a entrada de importações de até US\$ 50 sem tributação é o mesmo que financiar a indústria de países como a China, principal exportador de produtos de baixo valor para o Brasil, especialmente no setor têxtil. O prejuízo é direto a quem fabrica e comercializa em território brasileiro”, afirmou a nota. A entidade argumentou que a decisão representa um retrocesso para a economia brasileira e afeta, principalmente, micro e pequenas empresas.

Para Alban, a medida enfraquece a competitividade da indústria nacional ao manter a carga tributária sobre produtos fabricados no país, enquanto itens estrangeiros ficam isentos. “Um sistema que penaliza a produção interna desestimula investimentos, reduz a competitividade e enfraquece a indústria. Em um cenário global marcado por disputas comerciais e por políticas de proteção econômica, é contraditório que o Brasil abra mão de instrumentos mínimos de equilíbrio concorrencial”, disse.

Wallison Breno/PR



Lula posa com equipe e parlamentares governistas após a assinatura, às pressas, da MP para zerar a taxa das blusinhas no Palácio do Planalto

A CNI destacou ainda que a taxa sobre compras internacionais de até US\$ 50 começou a ser implementada em 2023, com a cobrança de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que é estadual, e passou a incluir, em 2024, uma alíquota de 20% do imposto federal de importação para plataformas estrangeiras de comércio eletrônico em 10 estados. De acordo com a entidade, um estudo recente aponta que o imposto evitou a entrada de R\$ 4,5 bilhões em produtos importados no país, contribuindo para preservar mais de 135 mil empregos e quase R\$ 20 bilhões na economia brasileira.

“Fica claro que o objetivo dessa taxa quando criada não foi tributar o consumidor, mas proteger a economia. A medida anunciada vai na contramão do bom senso, pois tornar a indústria brasileira competitiva é primordial para

que possamos manter empregos e gerar renda. Não somos contra as importações. Elas são bem-vindas e aumentam a competitividade, mas é preciso que entrem no Brasil em condições de igualdade”, acrescentou Alban.

Outras entidades que representam o setor também se posicionaram contrárias à medida. A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) destacou que a reversão da medida coloca em risco todo o avanço obtido com a taxa, além dos investimentos já comprometidos. Além disso, a entidade fluminense comentou que o governo decidiu “mudar as regras do jogo ao sabor do calendário eleitoral”.

“Não é aceitável que, enquanto as plataformas estrangeiras recebem benefícios do governo federal, as empresas brasileiras padecem sob o peso do Custo Brasil”, criticou a Firjan. Já a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

(Fiesp) defendeu que o Congresso Nacional devolva a MP ao Executivo. “A medida, se mantida, gera uma concorrência desleal que destrói empregos no Brasil e sabota a economia nacional”, argumentou.

Aprovação popular

Apesar das reclamações do setor produtivo em relação ao fim da taxa das blusinhas, a criação da tributação foi amplamente criticada pela população desde quando foi implementada, em 2024, como revelam pesquisas relacionadas ao tema. Uma das mais recentes, divulgada pela Atlas Intel/Bloomberg, mostrou que 62% dos brasileiros veem a taxa como um erro, enquanto apenas 30% acreditam que a medida foi um acerto e 8% não souberam responder.

Por conta disso, o economista Charles Mendlowicz, sócio da Ticker Wealth, avaliou que o anúncio

ocorre em um momento estratégico para o presidente, faltando poucos meses para as eleições, e é visto pelo mercado como uma tentativa do governo de recuperar terreno junto às classes populares. “A medida é uma notória bomba fiscal e um movimento estratégico no tabuleiro político. Nesse xadrez das eleições, o governo pegou uma peça, moveu e assustou o adversário”, afirmou.

Enquanto o governo deve utilizar o fim da taxa para absorver mais apoio ao presidente, a oposição deve destacar a contradição do governo federal, que anteriormente atuou pela taxa das ‘blusinhas’ em 2024, com apoio de nomes fortes à medida, como o vice-presidente Geraldo Alckmin e o então ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Mesmo diante desse cenário, a consultora política e secretária-executiva de Frentes Parlamentares, Beatriz Nóbrega,

ressaltou que a figura de Lula pode não ser “abalada” com esse fim da taxa, já que desde quando o imposto foi implementado, ele se posicionava de forma contrária.

“Então, é preciso ver também essa questão de ‘dar a César o que é de César’ dentro da temática das ‘blusinhas’ de até US\$ 50, até porque o presidente sempre foi contrário e se posicionou dessa maneira no início, no meio e no fim. Mas, ao mesmo tempo, precisamos trazer toda a questão que foi vista dentro do Congresso e quem que vinha levantando a própria liberdade de consumo e lembrar que essa pauta, hoje, pertence aos dois lados”, destacou Nóbrega.

Livres mercado

A revogação do imposto sobre as blusinhas levou o Instituto Livre Mercado (ILM) a cobrar do governo federal uma redução mais ampla da carga tributária sobre importações e sobre o setor produtivo. Em nota, a entidade classificou a cobrança de 20% de imposto sobre compras internacionais de até US\$ 50 como uma medida “equivocada, injusta e puramente arrecadatória”.

De acordo com o Instituto, a taxa penalizava consumidores e pequenos empreendedores ao elevar o custo das compras internacionais. A entidade defendeu que o debate tributário avance para uma redução mais ampla de impostos sobre importações, inclusive, acima de US\$ 50, para ampliar a competitividade e o acesso da população aos produtos estrangeiros.

“O governo apenas voltou atrás em uma medida errada que jamais deveria ter existido. O Brasil precisa parar de tratar o cidadão como fonte inesgotável de arrecadação. Defender menos impostos não pode ser exceção nem discurso eleitoral de última hora. Precisa ser compromisso permanente com quem produz, trabalha e empreende”, disse Rodrigo Marinho, principal executivo (CEO) do ILM.

Leia mais na página 16, em Capital S/A

» CB.PODER | SEBASTIÃO ABRITTA | PRESIDENTE DO SINDIVAREJISTA-DF

“Um balde de água fria para o setor produtivo”

» PEDRO JOSÉ*

O presidente do Sindicato do Comércio Varejista do Distrito Federal (Sindivarejista-DF), Sebastião Abritta, classificou o fim do imposto de importação para as compras de até US\$ 50 como um “balde de água fria” para o setor produtivo, em entrevista ao programa CB.Poder, parceria entre o Correio Braziliense e a TV Brasília.

“Isso foi uma decisão que nos pegou de surpresa de forma negativa, como um balde de água fria para os geradores de emprego. A isenção trará um impacto muito grande para a economia de Brasília e de todo o Brasil. No período em que se cobrava esses 20%, a Confederação Nacional da Indústria divulgou que o país deixou de perder mais de 4,5 bilhões em faturamento para produtos importados e preservou mais de 135.000 empregos. O varejista já luta com IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), aluguel, altas taxas de juros e falta de mão de obra. De uma hora para outra, por meio de uma medida populista, o governo retira essa taxa, o que vai favorecer plataformas como Shopee, AliExpress e Shein, gerando uma concorrência desleal com os produtos nacionais. Estimamos que milhões de empregos irão para o ralo, sem contar o desânimo de todo o setor.

Representante de 40 mil lojas físicas na economia local, Abritta, que também é primeiro vice-presidente da Federação do Comércio do DF (Fecomércio-DF), destacou que a isenção da chamada taxa das blusinhas, pode afetar a competitividade do varejo brasileiro diante de empresas internacionais de e-commerce. Ele ainda defendeu um diálogo com o governo federal em busca de isonomia tributária e também faz alertas sobre outros fatores que corrompem o consumo, como as apostas on-line (bets).

A seguir, os principais trechos da entrevista:

O presidente Lula anunciou o fim da taxa de importação de compras de até US\$ 50, a chamada taxa das blusinhas. Como vocês avaliam o impacto e os prejuízos dessa medida ao comércio nacional?

Isso foi uma decisão que nos pegou de surpresa de forma negativa, como um balde de água fria para os geradores de emprego. A isenção trará um impacto muito grande para a economia de Brasília e de todo o Brasil. No período em que se cobrava esses 20%, a Confederação Nacional da Indústria divulgou que o país deixou de perder mais de 4,5 bilhões em faturamento para produtos importados e preservou mais de 135.000 empregos. O varejista já luta com IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), aluguel, altas taxas de juros e falta de mão de obra. De uma hora para outra, por meio de uma medida populista, o governo retira essa taxa, o que vai favorecer plataformas como Shopee, AliExpress e Shein, gerando uma concorrência desleal com os produtos nacionais. Estimamos que milhões de empregos irão para o ralo, sem contar o desânimo de todo o setor.

Como é a comunicação do setor com o governo? Vocês não

Ed Alves/CB/D.A Press



foram ouvidos antes da decisão tomada ontem?

Eu fiquei sabendo pela imprensa. Nós não fomos comunicados, não recebemos nenhum e-mail ou convocação do governo para falar sobre essa situação. Na foto publicada pela Presidência, não vi nenhuma liderança da CNI (Confederação Nacional da Indústria) ou da CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo), o que mostra que o governo não escuta o setor. Com uma simples canetada, que considero populista em época de eleição, não se agrega nada ao país e se tira a motivação das pessoas para investir no Brasil, pois fica impossível fazer um planejamento de custos. Cadê a isonomia? Se é para isentar, então, que o governo isente também compras de até R\$ 250 para o varejo nacional, que movimentam a economia e gera empregos no Brasil.

O que é possível fazer agora para reagir e amenizar esse impacto no comércio nacional?

Nós vamos entrar em contato com a nossa federação para que acione a CNC e a CNI que, com certeza, já estão atuando nisso. Esperamos que o presidente Lula repense, porque o impacto negativo na geração de emprego e renda é muito grande, e precisamos aumentar os postos de trabalho no país. Também esperamos que os senadores, que em 2024 ajudaram a aprovar a lei, e as frentes parlamentares do comércio tentem reagir. É o momento de todos os setores produtivos darem as mãos e pedirem uma audiência com Lula e com o ministro da Fazenda (Dario Durigan) para buscar condições justas de competição.

Além da concorrência internacional, dados mostram que bilhões de reais deixaram de ser gastos no comércio no último

ano por conta das apostas on-line (bets). Como o Sindivarejista avalia esse cenário?

É um absurdo total. Muitas vezes, motivadas por propagandas de influenciadores e pela ilusão de ganho fácil nas redes sociais, as pessoas pegam dinheiro emprestado ou gastam parte do salário jogando. O impacto é fortíssimo, e o varejo tem perdido um grande volume de vendas por conta dessas apostas. Eu espero que o governo faça campanhas de orientação alertando sobre os perigos e os impactos do vício, assim como é feito nas embalagens de cigarro. No fim das contas, a raiz desse problema está na falta de educação de base e de educação financeira da população.

O governo lançou novamente o programa Desenrola para a renegociação de dívidas das famílias. Isso vai ajudar a desafogar as pessoas para



Com uma simples canetada, que considero populista em época de eleição, não se agrega nada ao país e se tira a motivação das pessoas para investir no Brasil!

voltarem a consumir no comércio local?

Com certeza ajuda, pois as pessoas voltam a ter acesso ao crédito para comprar de novo. Mas isso acaba sendo apenas um paliativo e gera um ciclo vicioso se não houver a tal educação financeira que mencionei. Nós ficamos tristes com a incoerência: o governo faz o Desenrola para trazer mais pessoas ao consumo, mas na mesma hora retira a taxa das blusinhas, prejudicando justamente o varejo que se preparava para vender mais. O que afeta muito o brasileiro é a alta taxa de juros do cartão de crédito, que “come” a capacidade de compra do consumidor nas parcelas. A solução verdadeira seria o governo oferecer crédito mais barato, com juros subsidiados, para a compra de produtos essenciais no varejo.

*Estagiário sob a supervisão de Rosana Hessel